

OPERADORES ARGUMENTATIVOS: RECURSOS ESSENCIAIS AO DIRECIONAMENTO DISCURSIVO

Simone Tereza de Oliveira Ortega (PG-UEL) Universidade Estadual de Londrina.

1. Apresentação

O objetivo desse trabalho é analisar a presença dos operadores argumentativos em um texto do gênero editorial, publicado na Folha de Londrina, jornal de maior circulação na região norte do Paraná. Dentre esses elementos, destacam-se o uso das conjunções como operadores argumentativos, objeto desse artigo científico, fundamentado em Koch (2004) e Guimarães (1987). Interessa-nos o estudo dos gêneros que circulam na esfera jornalística, por termos ciência de que o trabalho em sala de aula com textos midiáticos é indispensável para a formação do leitor. A escolha pelo gênero editorial ocorreu pelo fato do mesmo adotar o padrão culto de linguagem, variante de prestígio social, e por ser este um discurso do tipo argumentativo, pois, para produzir textos opinativos, o enunciador necessita de modelos de discursos persuasivos.

Afinal, é por meio da linguagem que o homem se expressa e interage com o outro. E, para agir sob outrem de modo persuasivo, o produtor textual necessita não somente de dar sua opinião como também de defender seu ponto de vista e justificar seus posicionamentos. Nesse sentido, além de apresentar argumentos capazes de sustentar sua tese, o enunciador costuma servir-se de mecanismos lingüísticos capazes de indicar a orientação argumentativa e, desse modo, encaminhar o planejamento discursivo.

2. Pressupostos Teóricos

Ler estimula o pensamento e a criatividade, já que a leitura traz conhecimento, vocabulário, fluência e, principalmente, apresenta a linguagem escrita em ação. Ao considerar que cada texto apresenta uma multiplicidade de interpretações ou leituras, Koch (2000) reflete a importância de mostrar ao educando, nas aulas de leitura, que além de uma significação explícita, um texto possui diversas significações implícitas, diretamente ligadas à intencionalidade do emissor. Desse modo, a habilidade de entender um texto é desenvolvida quando o aluno capta as intenções do emissor e apreende suas possíveis significações, as quais se apresentam no texto por meio das marcas lingüísticas, como por exemplo, os operadores argumentativos; os tempos e os modos verbais; o posto, o pressuposto e o subentendido; a entonação; entre outros. A autora ressalta “a necessidade de se conscientizar o usuário da língua do valor argumentativo dessas marcas, para permitir-lhe percebê-las no discurso do outro e utilizá-las, com eficácia, no seu próprio discurso.”(op. cit., p. 110)

Na fala ou na produção escrita de um texto, o discurso que produzimos está, de alguma forma, intencionado em estabelecer um contrato com o interlocutor na tentativa de fazer com que o outro compartilhe de nossa opinião. Koch (2004) postula que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo, isto é, buscamos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa. Para isso, utilizamos os operadores argumentativos que fazem parte da gramática da língua e têm por função indicar a força argumentativa dos enunciados e a direção para o qual apontam, ou seja, os operadores argumentativos direcionam o enunciatário para que percorra o caminho proposto pelo

enunciador dentro de um enunciado. Dentre os operadores, há palavras de diferentes classes gramaticais, entre elas, destacamos as conjunções, pois a grande maioria dos operadores são conjunções, embora nem toda conjunção funcione como operador discursivo, podendo atuar como mero conectivo, ainda que todo elo coesivo deva ser considerado como elemento de fundamental importância na organização textual.

O estudo sobre os operadores argumentativos e uma leitura compreensiva das relações entre os períodos favorecem ao aluno o reconhecimento das manobras discursivas realizadas pelo emissor. Desse modo, ele usufrue melhor a leitura de textos e, conseqüentemente, adquire maior enriquecimento cultural e social. Guimarães (1987) observa que, nas gramáticas escolares, os estudos referentes às conjunções limitam-se apenas a repetir a classificação dessas em coordenativas e subordinativas, ou seja, apresentam-se vazias de qualquer reflexão sobre a língua em exercício como atividade discursiva. O autor acrescenta que nas construções constituídas pelas conjunções, estas têm por finalidade não somente ligar orações, mas manter e/ou opor a orientação argumentativa, e assim, articular o argumento para uma conclusão.

Infante (1996) reconhece que ao atuarem como elementos de ligação entre termos de uma oração ou entre orações, as palavras, como por exemplo, “e” e “ou”, exercem seu papel básico: são conjunções. Embora, além de conectarem partes de orações ou unirem orações umas às outras, essas palavras podem atribuir um sentido à relação que estabelecem, indicando noções como “adição” ou “exclusão”, isto é, deixam de indicar relações para passar a exprimir o sentido pleno dessas relações.

Para o exame dos operadores argumentativos, faz-se importante, apresentar a “Escala de Argumentatividade” de Ducrot, pois esta trata do caráter escalar dos argumentos. Isto é, uma escala argumentativa ocorre quando dois ou mais enunciados de uma classe apresentam-se em gradação de força crescente no sentido de uma mesma conclusão.

“Diz-se que **p** é um argumento para a conclusão **r**, se **p** é apresentado como devendo levar o interlocutor a concluir **r**. Quando vários argumentos – **p**, **p'**, **p''**... – se situam numa escala graduada, apontando, com maior ou menor força, para a mesma conclusão **r**, diz-se que eles pertencem à mesma escala argumentativa.” (KOCH, 2000, p. 105)

Ilari & Geraldi refletem a existência de inúmeros fenômenos presentes em nossa língua que não são explicados pelas gramáticas tradicionais. E cabe a noção de escala explicar fatos como, por exemplo, a preposição ‘até’, que na gramática desempenha o papel de relator, pode assumir outra função, a de operador argumentativo para apoiar uma tese, nas relações do tipo discursivo. Por isso a importância da escalaridade na descrição sistemática da língua. Fundamentados no referido autor, sabemos que a escalaridade é gerada por variados fenômenos lingüísticos. A saber:

- I. A negação correspondente a ‘até’ é ‘*nem mesmo*’ (*nem sequer*), forma de negar que situa o conteúdo da oração numa classe argumentativa; entretanto a negação ‘*nem mesmo*’ atinge a escala argumentativa como um todo, e assim cria uma outra escala, cujos argumentos aparecem com orientação invertida, em apoio à conclusão contrária daquela que é introduzida por ‘até mesmo’.

- II. As conjunções coordenativas, como por exemplo, ‘mas’, ‘pois’, ‘já que’ e algumas subordinadas (como ‘embora’) são adequadas à tarefa de explicitar uma relação entre argumentos e conclusões.
- III. A noção escalar explica certas escolhas, à primeira vista não-motivadas, que fazemos entre as diferentes maneiras de construir as frases comparativas.
- IV. Explica a interação com as chamadas “expressões de polaridade negativa”.

Outro fator importante para explicar o funcionamento desses operadores é a classe argumentativa de Ducrot, pois esta “é constituída de um conjunto de enunciados que podem igualmente servir de argumento para (apontar para: →) uma mesma conclusão (a que, por convenção, se denomina R)”.(KOCH, 2004, p. 30)

2.1 Síntese dos principais tipos de operadores

O quadro teórico abaixo apresentado condensa Koch (2004).

Operador	Função
▪ ‘mesmo’, ‘até’, ‘até mesmo’, ‘inclusive’	▪ Organizam a hierarquia dos elementos numa escala, assinalando o argumento mais forte para uma conclusão R ;
▪ ‘ao menos’, ‘pelo menos’, ‘no mínimo’	▪ Introduzem dado argumento deixando subentendida a presença de uma escala com outros argumentos mais fortes;
▪ ‘portanto’, ‘logo’, ‘por conseguinte’, ‘pois’, ‘em decorrência’, ‘consequentemente’	▪ Introduzem uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores;
▪ ‘ou’, ‘ou então’, ‘quer...quer’, ‘seja...seja’	▪ Introduzem argumentos alternativos que conduzem a conclusões diferentes ou opostas;
▪ ‘mais que’, ‘menos que’, ‘tão...como’	▪ Estabelecem relações entre elementos, com vista a uma dada conclusão;
▪ ‘porque’, ‘que’, ‘já que’, ‘pois’	▪ Introduzem uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior;
▪ ‘mas’, ‘porém’, ‘contudo’, ‘todavia’, ‘no entanto’, ‘embora’, ‘ainda que’, ‘posto que’, ‘apesar de (que)’	▪ Contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias;
▪ ‘um pouco’ e ‘pouco’, ‘quase’ e ‘apenas’, ‘só’, ‘somente’	▪ Distribuem-se em escalas opostas, isto é, um deles funciona numa escala orientada para a afirmação total e o outro, numa escala orientada para a negação total;
▪ ‘e’, ‘também’, ‘ainda’, ‘nem’ (= e não), ‘não só...mas também’, ‘tanto...como’, ‘além disso’, ‘além de’, ‘a par de’	▪ São argumentos que fazem parte de uma mesma classe argumentativa, isto é, somam argumentos a favor de uma mesma conclusão.
▪ ‘aliás’	▪ Introduz um argumento decisivo, resumindo todos os demais argumentos.
▪ ‘já’, ‘ainda’, ‘agora’	▪ São responsáveis por introduzir no enunciado conteúdos pressupostos.

Por ter ciência da grande importância desses elementos para a força argumentativa de textos, nossa proposta é exemplificar as conjunções atuantes no discurso editorialista e observar o modo pelo qual elas agem na organização de textos desse gênero no sentido de indicar uma orientação argumentativa. Para tanto, enfocaremos as conjunções ‘porque’, ‘até’, ‘e’, ‘mas’, ‘pois’, ‘não apenas...mas também’, ‘ainda’, ‘porém’, ‘que’ e ‘também’. Observe seus efeitos expressivos nos fragmentos a seguir.

3. Análise dos Dados

Note bem, os fragmentos discursivos abaixo transcritos compõem o editorial do Jornal Folha de Londrina, de 15-06-2008, e os grifos são nossos. Acompanhe a análise.

1º §: “A inflação, depois que irrompe, é difícil de conter. Porque a onda de preços altos vai se propagando, uma coisa vai puxando a outra até não se poder mais identificar os pontos de origem.”

a) Note nesse 1º § o uso do ‘**porque**’ como operador que introduz uma justificativa do enunciado anterior. Ocorre uma nova enunciação, que toma a primeira por tema.

b) O operador ‘**até**’ aponta para o argumento mais forte da escala argumentativa no sentido de levar a conclusão pretendida pelo editorialista.

2º §: “...aumenta tarifas e o petróleo e não diminui seus gastos abusivos, mas ao contrário os aumenta, e tudo isso vai onerando o custo Brasil...”

a) As duas ocorrências do ‘**e**’ introduzem um ato de asserção, aparentemente apenas acrescentando algo ao anterior, mas que, na verdade, organizam uma escala argumentativa, na qual os argumentos não são apenas justapostos mas se intensificam. Observe que no fragmento em análise há o emprego da conjunção ‘e’ meramente como conectivo.

b) No caso em foco, o ‘**mas**’ não tem carga adversativa e sim sentido aditivo. Eis o perigo de classificações de palavras fora do contexto de uso. Pois, se geralmente o ‘**mas**’ indica uma guinada argumentativa, no contexto em tela ele soma argumentos a favor da mesma tese, equivalendo a um aditivo.

3º §: “O Governo lança pacotes ditos desenvolvimentista mas, paralelamente, cria novos impostos...”

Nesse 3º § o operador ‘**mas**’ tem carga adversativa, pois contrapõe argumentos orientados para conclusões contrárias.

4º §: “...§: “será preciso fazer recomendações ao povo para que gaste menos, não estoque produtos (pois dessa forma pressiona a demanda) e especule os preços.”

‘**Pois**’ constitui-se em um operador de coordenação responsável pela sequência de um novo segmento discursivo. Trata-se de uma nova enunciação que justifica o enunciado anterior.

5º §: “...segmentos do comércio converteram-se em verdadeiros bancos e ganham não apenas com o natural porcentual de lucro mas também nos juros altos que o crediário rende.”

O emprego das locuções ‘**não apenas...mas também**’ articulam conclusões, ao mesmo tempo em que ligam dois argumentos orientados no mesmo sentido, desse modo, somam justificativas a favor do posicionamento defendido.

6º §: “No Brasil ainda vigora uma memória de inflação descontrolada e isto é como uma planta que está sufocada porém viva...”

a) O operador ‘**ainda**’ indica a postura ideológica do enunciador que considera que a memória da inflação descontrolada já deveria estar apagada do pensamento coletivo.

b) A adoção do termo ‘**porém**’ contrapõe enunciados orientados por conclusões contrárias: sufocada x viva. Mostra dois argumentos: um indicando uma concordância explícita (a inflação está viva), que opõe-se a uma outra que indica uma discordância implícita (a inflação está escondida).

7º §: “Enfim, deixar que a iniciativa privada se mova livremente, que aí sim gerará crescimento seguro, contratará mais mão-de-obra, aumentará a produção e assim também gerará mais tributação.”

a) A utilização do ‘**que**’ como operador que introduz uma explicação referente à asserção anterior.

b) O operador ‘**também**’ liga dois atos de afirmação do locutor: um consiste numa afirmação do fato (do aumento da tributação) e o outro, numa afirmação atenuada (realização de obras governamentais).

4. Palavras Finais

Pelos exemplos apresentados, fica claro que, os elementos de coesão textual são, simultaneamente, recursos essenciais para o direcionamento discursivo. Um conceito valioso que orientou nosso trabalho é o que extraímos de Perelman e Tyteca (1996) sobre o texto argumentativo: a argumentação visa obter adesão daqueles a quem se dirige e procura influenciar, tem a intenção de desencadear nos ouvintes a ação pretendida ou criar neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno e, assim, caracteriza-se como um ato persuasivo.

5. Referências Bibliográficas

GUIMARÃES, Eduardo. Texto e Argumentação: Um estudo das conjunções do Português. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ILARI, Rodolfo & GERALDI, João Vanderlei. Semântica. 10. ed. São Paulo: Ática, 2007.

INFANTE, Ulisses. Curso de Gramática Aplicada aos textos. 5ª ed. São Paulo: Scipione, 1996.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Argumentação e Linguagem. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. A inter-ação pela linguagem. São Paulo: Contexto, 2004.

PERELMAN, Chaïm, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado de Argumentação. A Nova Retórica. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

De novo os temores de inflação alta

A inflação, depois que irrompe, é difícil de conter. Porque a onda de preços altos vai se propagando, uma coisa puxando a outra até não se poder mais identificar os pontos de origem. O Governo é um dos responsáveis pela retomada da inflação que ora ocorre, porque aumenta tarifas e o petróleo e não diminui seus gastos abusivos, mas ao contrário os aumenta, e tudo isto vai onerando o custo Brasil, pela exigência de mais impostos para cobrir esses rombos. Os brasileiros, que avaliam as coisas pelo que pesa diretamente no bolso quando vão às compras, ficam naturalmente preocupados, e não faltam os que temem os absurdos dos tempos do Governo Sarney, quando a inflação chegou a um pico de 80% ao mês.

As condições da economia hoje são melhores mas ainda persiste a insegurança, e esse fator

psicológico pode ser desastroso. Economistas ouvidos por este Jornal apontam que é preciso baixar a carga tributária, eliminar burocracias emperradoras, reduzir juros

e intensificar programas de maior qualificação de trabalhadores, medidas necessárias para robustecer os alicerces do crescimento econômico. O Governo lança pacotes ditos desenvolvimentistas mas, paralelamente, cria novos impostos e agora mesmo se lança na ofensiva para gerar mais um, a Contribuição Social para a Saúde. Como o poder público não faz a sua parte, será preciso fazer recomendações ao povo para que gaste menos, não estoque produtos (pois dessa forma pressiona a demanda) e especule os pre-

Função do Governo é propiciar meios para o setor produtivo crescer e aquecer a economia, gerando sadia receita tributária

ços, evitando o mais possível comprar a prazo, porque segmentos do comércio converteram-se em verdadeiros bancos e ganham não apenas com o natural percentual de lucro mas também nos juros altos que o crediário rende. No Brasil ainda vigora uma memória de inflação descontrolada e isto é como uma planta que está sufocada porém viva, e que pode crescer mediante condições favoráveis.

O Governo imagina que movendo dinheiro em obras públicas - como quer por via do PAC - irá por si só gerar dinamização econômica, mas não deve ser ele o agente direto desse processo. Porque esta é função do sistema empresarial, que tem know-how e não superfatura obras.

O papel do Governo é antes de tudo propiciar ao setor produtivo nacional os favorecimentos legais, a desburocratização, os financiamentos oficiais onde necessários e diminuir impostos. Enfim, deixar que a iniciativa privada se mova livremente, que aí sim gerará crescimento seguro, contratará mais mão-de-obra, aumentará a produção e assim também gerará mais tributação. A partir daí, que o Governo realize suas obras e melhore os serviços de atendimento aos cidadãos. O poder público tem de situar-se como um agente intermediador, oferecer garantias por via de bem elaboradas políticas públicas e deixar que a cadeia produtiva - agricultura, indústria, comércio e serviços - acione suas alavancas e produza em paz e com segurança. Basta que não atrapalhe, e os brasileiros saberão dar sua resposta.